

## Gestão de resíduos no país

### Gestão de resíduos no país

A falta de uma cultura efetiva dos cidadãos, focada na separação de resíduos na fonte geradora, vem causando grandes danos ao meio ambiente

Fabiola Carvalhido

Arquiteta e urbanista da CSul Desenvolvimento Urbano

A cada ano, o crescimento populacional acarreta aumento na geração de resíduos e, com as mudanças nos padrões de produção e consumo despreocupados com a sustentabilidade, cresce também o desafio das cidades em relação ao manejo correto dos diversos tipos e classes de resíduos gerados. Sete anos já se passaram desde a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a maior parte das cidades brasileiras ainda não possui um sistema de coleta seletiva que propicie a reutilização, reaproveitamento ou a reciclagem de materiais, o que poderia gerar uma economia de recursos e oportunidade de novos negócios. Apesar da destinação final de resíduos estar regulamentada, sob pena de aplicação da lei de crimes ambientais, de acordo com o último panorama da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) - consulta feita junto à maioria dos municípios brasileiros -, 30 milhões de toneladas/ano, ou 42% do total coletado, ainda são encaminhadas para lixões e aterros controlados.

Outro dado que reforça a gravidade da falta de gestão dos resíduos no Brasil é da entidade Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), que aponta que 82% dos municípios brasileiros ainda não desenvolvem programas de coleta seletiva de lixo. Somado a essas questões, está também o desafio econômico das cidades para atender à legislação, considerando os altos valores de mercado para implantação da infraestrutura necessária ao correto tratamento e/ou destinação dos resíduos. Para se ter uma ideia, segundo estudo da Abrelpe, os custos para viabilizar a universalização da destinação adequada de resíduos sólidos no Brasil chegam a R\$ 15,59 bilhões ao ano, considerando as metas previstas na PNRS. Além disso, o país precisa investir R\$ 11,6 bilhões, até 2031, na infraestrutura, para universalizar a destinação final adequada dos resíduos sólidos. A este valor, somam-se R\$ 15,59 bilhões ao ano para custear a operação e manutenção das plantas que serão construídas. Porém, não são somente os desafios financeiros que dificultam a gestão correta dos resíduos sólidos no país.

Outra dificuldade apresentada é a falta de uma cultura efetiva dos cidadãos, focada na separação de resíduos na fonte geradora, o que vem causando grandes danos ao meio ambiente e trazendo prejuízos para a qualidade de vida nos sistemas urbanos, como a contaminação do solo, águas, ar e proliferação de doenças. Os sistemas de coleta e destinação dos resíduos recebem uma grande variedade de materiais que são descartados misturados e, por isso, tornam-se de difícil gerenciamento. Além disso, a questão da destinação dos resíduos torna-se ainda mais crítica se observarmos que há cada vez menos áreas disponíveis nas cidades para implantação de aterros sanitários, o que acarreta uma maior distância entre os centros de geração e o destino final, com impactos econômicos e ambientais.

Os desafios da gestão de resíduos no Brasil são inúmeros, porém, discutir a questão e buscar soluções é extremamente importante, pois as consequências de um gerenciamento ineficaz desses resíduos afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e a conservação do meio ambiente. Por isso, é essencial que a responsabilidade da gestão dos resíduos nas cidades seja compartilhada, envolvendo o poder público, as empresas e também os consumidores. Um exemplo de iniciativa que vai estimular a gestão de resíduos de forma responsável é o projeto CSul, que vai criar uma nova centralidade com um empreendimento planejado, na região da Lagoa dos Ingleses, em Nova Lima. A CSul vai indicar que sejam seguidas premissas que serão disponibilizadas no plano de gestão de resíduos dos bairros para que cada empreendimento construído promova a infraestrutura para a gestão sustentável de resíduos nos edifícios e na fase de uso e operação dos bairros da centralidade. Para os edifícios haverá a orientação para a implantação de depósitos de recicláveis separados fisicamente de depósitos de lixo não recicláveis. Além disso, no manual de incorporação dos empreendimentos, haverá a indicação da criação de ecopontos em áreas de grande circulação para a coleta de pilhas e baterias e, em edifícios residenciais, também para a coleta de óleo vegetal. Iniciativas como essas trazem diversos benefícios, como a diminuição da contaminação do solo e do lençol freático e pelos aterros sanitários e a promoção da educação ambiental. Diante desse exemplo, é preciso refletir sobre o quanto começar com medidas simples podem fazer toda a diferença.